

O que podemos fazer pelo Brasil

ANC p-5

GERALDO FORBES

O senhor José Sarney pede trégua. Aceita-se, em termos. O senhor José Sarney pergunta: "O que podemos fazer Brasil?" Responde-se a seguir.

Trégua nas críticas e na oposição, impossível conceder. Apoio a qualquer medida com um mínimo de coerência, que procure salvar o País de dias ainda piores, é obrigatório e automático. Apoio ao Brasil, sempre; apoio a Sarney, jamais.

O Plano Bresser não é brilhante, não é miraculoso nem tem garantia de sucesso. Mas é no mínimo uma tentativa, razoável e imprescindível, de se devolver um pouco de equilíbrio ao sistema econômico. Seu formulador é, igualmente, pessoa de bom senso e confiável. Deve ser também apoiado.

O plano impõe grandes perdas aos assalariados, e dizer o contrário é mentir. Em princípio, ninguém pode ficar satisfeito com isto, mas, por outro lado, é preciso saber que, como dizem os americanos, não existe festa grátis. A orgia de gastos do senhor Sarney e as maluquices do senhor Funaro simplesmente têm de ser pagas e a conta é do povo brasileiro.

Não há o que discutir a respeito. Ou se paga a fatura ou se pega uma fratura, múltipla, inconcertável, no corpo social do País. Continuamos andando no parapeto, sem rede de segurança. Se o Plano Bresser não conseguir, ao menos,

nos puxar de volta para lugar mais seguro, à queda e quebra inevitáveis sucederá o gesso da ditadura. Como dois e dois são quatro.

O que se tem de discutir, e muito, é como se dividir a conta. Ninguém pode pendurá-la e não é justo — mais, é burro e perigoso — pretender que só os mais pobres a paguem.

Cortar o subsídio do trigo é certíssimo. Colocar as tarifas públicas e os preços dos produtos das companhias estatais em seus verdadeiros níveis é indispensável. Continuar subsidiando o álcool é errado. Ainda pensar em retomar as obras de estimacão em dezembro é demência. Não acertar com o FMI e credores é atraso de vida e segurar a conversão de créditos é retardar o progresso.

Até aí estamos quase todos de acordo. O que não se pode admitir é que este rearranjo se faça apenas à custa dos assalariados.

Todos os nossos luminares da ciência econômica são unânimes em afirmar que é preciso que as taxas de juros do mercado financeiro permaneçam amplamente positivas. Ora, se esses gênios entendessem alguma coisa de economia, o País não estaria nesta triste situação. Nunca houve cobiça mais dócil que o Brasil, às mais diferentes e sempre únicas e maravilhosas soluções finais. Faz vinte anos. Resultado? A cobiça moribunda.

Assim como é evidente que chegou a

hora de pagar a conta da continuada desonestidade e incompetência de nossos políticos, é evidente que seu custo tem de ser repartido por todos. Não importa o que dizem os economistas. Se há confisco de salários também tem de haver diminuição dos rendimentos financeiros e os juros têm de ser drasticamente reduzidos.

O que se pode e deve fazer pelo Brasil é ser realista. Meias medidas não resolverão nada. Preços realistas com juros malucos é a receita venenosa da falsa prosperidade, da manutenção do déficit público e do empobrecimento do povo.

Desta entalada só sairemos com grandes sacrifícios. Adiar é piorar. O melhor é pagar logo.

II

Constituição — art. 1º § 2º — "O número de deputados por Estado ou pelo Distrito Federal será estabelecido pela Justiça Eleitoral, com os ajustes necessários para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha mais de vinte ou mais de sessenta deputados".

O que reza o projeto da futura Carta, por incrível que pareça, é a mesma coisa que foi ditada, para fraudar a voz do cidadão, pelo ditador Geisel, no seu Pacote de Abril. Parabéns ao PMDB e ao relator e ex-cassado Egdio Ferreira Lima pela falta de vergonha.

Isto quer dizer que os eleitores do futuro Estado de Roraima (110.000 habi-

tantes) serão donos de um voto 33 vezes mais valioso do que o voto de um paulista. Em Roraima, um deputado por 15.000 habitantes, aqui um por 500.000 habitantes. Piada? Não. Apenas a incrível realidade da Constituinte do doutor Ulysses, um dos diabos-velhos do pacto infernal.

Some-se a isto o fato de passarmos a ter 31 unidades da Federação, verifique-se que o Senado passará a ter 93 senadores, e calcule-se que os 16 estados mais pobres, atrasados e despovoados, com apenas 10% da população brasileira e menos ainda de sua produção, terão 48 senadores e maioria absoluta, e fica completo o quadro da mais absurda fraude à democracia já perpetrada no mundo ocidental. Nem os sargentões da ditadura tiveram audácia para tamanho absurdo.

Se não reagirmos agora mesmo contra esta usurpação do direito de cidadania, não haverá país viável. O Senado não pode ser transformado em Assembleia da ONU para satisfazer os desejos eleitorais dos comprados do Sarney. A Câmara não pode continuar dominada pelos coronéis do Nordeste, interessados em manter a indústria da seca e o feudalismo do atraso.

A proposta da coluna é que se organize uma petição de emenda, com pelo menos 30.000 assinaturas, exigindo da Constituinte a estrita observância da regra secular — um homem, um voto — na

distribuição proporcional das cadeiras na Câmara. A mesma petição deverá ainda pedir a sustação de novas divisões territoriais, com a criação de novos Estados, que só servem para atender aos apetites negociateiros da gente dos ser-tões.

A coluna pede a colaboração deste Estado, jornal e povo, nesta empreitada. Pede também o apoio das entidades de classe, da OAB e do Instituto dos Advogados, dos estudantes e dos operários que constróem nossa riqueza. A colaboração do governador seria igualmente bem-vinda.

Isto é outra coisa que podemos fazer pelo Brasil. Mantê-lo unido, pelo respeito à igualdade democrática de direitos entre os cidadãos de diversas regiões. Evitar a desunião, pregada pelo regionalismo ressentido do senhor Sarney, que coloca o Maranhão e sua família acima do Brasil. Os paulistas não podem ser reduzidos a cidadãos de 5ª classe, meros espectadores dos desmandos dos mandarins nordestinos.

Todos os cidadãos são iguais perante a lei? Então o voto direto, secreto e proporcional tem de ter o mesmo valor, na hora de eleger os deputados.

Não sou e não quero ser cidadão de meia-sola. Pago impostos como qualquer outro. Quero votar como qualquer outro.

Constituintes, quero meu voto de volta.

21 JUN 1987

ESTADO DE SÃO PAULO